



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Direito - FD

Curso de Graduação em Direito

JOSÉ RICARDO ALVES

**A NOTÍCIA DA VEZ: REFLEXÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DO
TSE ACERCA DAS *FAKE NEWS* DURANTE AS ELEIÇÕES
BRASILEIRAS DE 2018**

BRASÍLIA-DF 2020

**A NOTÍCIA DA VEZ: REFLEXÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DO TSE
ACERCA DAS *FAKE NEWS* DURANTE AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE
2018**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção do grau de Bacharelado em
Direito na Universidade de Brasília
(UnB).

Orientador: Professor Doutor Fabiano
Hartmann Peixoto

BRASÍLIA-DF 2020

**A NOTÍCIA DA VEZ: REFLEXÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DO TSE
ACERCA DAS *FAKE NEWS* DURANTE AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE
2018**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção do grau de Bacharelado em
Direito na Universidade de Brasília
(UnB).

Orientador: Professor Doutor Fabiano
Hartmann Peixoto

Brasília, _____ de ____ 2020.

**BANCA
AVALIADORA**

Prof. Dr. Fabiano Hartmann Peixoto - Orientador

Prof. Dra. Debora Bonat

Prof. Msc. Fernanda de Carvalho Lage

Prof. Msc. Roberta Zumblick – Suplente

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, apesar de representar horas solitárias regadas a inúmeras xícaras de café sem açúcar na frente da tela de um computador, não é o resultado de puro esforço individual. Agradecimentos são necessários para lembrar que não enfrentamos sozinhos os desafios que se apresentam e podemos contar com o apoio da família, amigos, colegas e professores.

Por isso, primeiramente, gostaria de agradecer a meus pais, quem com imenso amor me ensinaram que o trabalho árduo e a gentileza valem a pena!

Agradeço ao professor Fabiano Hartmann por sempre oferecer apoio e por proporcionar inspiração no estudo de como o direito adentra diferentes campos do conhecimento humano, particularmente da recente área da inteligência artificial.

Agradeço à professora Gabriela Moraes pelo suporte diligentemente oferecido não somente a mim, mas a todos os alunos da graduação da Faculdade de Direito da UnB.

Agradeço a Juliana Sampaio, meu muro de arrimo e companhia perspicaz para infindáveis discussões a respeito de literatura, teatro, música, política, filosofia e sobre o sentido mesmo da vida.

Agradeço a todos os meus amigos, de maneira geral, que sempre me dedicaram carinho e atenção, além de compreensão de que mais uma vez eu perderia o *happy hour* por estar na BCE estudando.

Agradeço a todos aqueles, que mesmo em passagem rápida, ofereceram lições e ensinamentos a respeito desta jornada incomum que se chama vida.

One Art

*The art of losing isn't hard to master;
so many things seem filled with the intent
to be lost that their loss is no disaster.*

*Lose something every day. Accept the fluster
of lost door keys, the hour badly spent.
The art of losing isn't hard to master.*

*Then practice losing farther, losing faster:
places, and names, and where it was you meant
to travel. None of these will bring disaster.*

*I lost my mother's watch. And look! my last, or
next-to-last, of three loved houses went.
The art of losing isn't hard to master.*

*I lost two cities, lovely ones. And, vaster,
some realms I owned, two rivers, a continent.
I miss them, but it wasn't a disaster.*

*—Even losing you (the joking voice, a gesture
I love) I shan't have lied. It's evident
the art of losing's not too hard to master
though it may look like (Write it!) like disaster.*

Elizabeth Bishop

RESUMO

É objetivo da presente investigação analisar o fenômeno das “*fake news*”, sua origem, desenvolvimento e implicações no contexto das recentes eleições de representantes políticos no Brasil. Além disso, pretende-se confirmar se elas realmente são nocivas ao debate democrático e o modo pelo qual foram utilizadas nas eleições brasileiras de 2018 para presidente, vice-presidente, além de representantes do Congresso Nacional. Para isso, por meio da análise de decisões sobre o assunto de notícias falsas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), objetiva-se também averiguar como a instituição respondeu aos desafios impostos pelas campanhas de desinformação nas últimas eleições brasileiras.

Palavras-chave: *notícias falsas, fake news, democracia, eleições, direito eleitoral*

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the phenomenon of fake news, its origin, development and implications in the context of the recent elections of political representatives in Brazil. In addition, this research aims to question and confirm if it is harmful to the democratic debate, and how it was utilized during the 2018 Brazilian elections for president, vice-president, and National Congress' representatives. Through the analysis of decisions of the Superior Electoral Court on the subject of false news in (TSE), it focused on learning how the institution responded to the challenges posed by the spread of desinformation in the last Brazilian elections.

Keywords: fake news, democracy, elections, electoral law

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1.....	14
Capítulo 2.....	22
Considerações Finais.....	34
Referências.....	36

INTRODUÇÃO

O objeto da presente pesquisa é o estudo do fenômeno das notícias falsas nas eleições brasileiras de 2018, particularmente para presidente, vice-presidente e representantes do Congresso Nacional Brasileiro. Este estudo é relevante para os interessados na preservação do caráter isento de processos eleitorais, e, conseqüentemente, para o fortalecimento da democracia - um dos fundamentos basilares da justiça eleitoral. Ao redor do mundo, as *fake news* têm se tornado um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, uma vez do seu amplo potencial poder de desinformação. Sua ocorrência tem se tornado alvo de atenção não somente da comunidade acadêmica e do mundo político, mas também do grande público - inclusive o termo foi considerado a palavra do ano de 2017 pelo tradicional dicionário Collins¹. Porém, conforme Golbeck et al (2018) aponta, *fake news* nunca foi um termo técnico, e sua delimitação conceitual precisa é um exercício complexo dado que diferentes práticas hoje em dia são rotuladas como tal.

A fim de superar o presente desafio de precisão terminológica, o glossário proposto pelo centro de pesquisa virtual estadunidense *Media Matters*² se sobressai ao expor de maneira didática o emaranhado de conceitos relativos ao fenômeno das notícias falsas. Partindo do gênero desinformação³, são listadas suas espécies, as quais frequentemente podem se apresentar de maneira imbricada nas diversas práticas comunicacionais. São elas: *fake news*, *clickbaites*, postagens inspiradas em teorias da conspiração, sátiras, *propaganda*, mensagens com visões hiperpartidárias, informações enganosas, e por fim, erros em reportagens.

¹ Disponível em <<https://www.bbc.com/news/uk-41838386>>. Acesso em 06 de maio de 2020.

² O centro *Media Matters for America* se descreve como uma organização progressista sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e monitoramento de desinformação de caráter conservador. Disponível em <<https://www.mediamatters.org/about-us>>. Acesso em 03 de maio de 2020.

³ Disponível em <<https://www.mediamatters.org/fake-news/understanding-fake-news-universe>>. Acesso em 03 de maio de 2020. Outra metodologia pertinente ao presente trabalho, porém com o propósito de endereçar o exercício da profissão de jornalismo é aquela promovida por Ireton e Posetti (2019), em que a ‘desordem de informação’ é dividida em informação incorreta, desinformação e má informação, os quais por sua vez, são divididos em sete tipos: sátira ou paródia, conteúdo enganador, conteúdo impostor, conteúdo fabricado, conexão falsa, contexto falso, e contexto manipulado. As autoras desencorajam o uso do termo *fake news* por este ter se tornado uma arma de desinformação política e social usada inclusive contra jornalistas. Outro trabalho, Wardle e Derakshan (2017), aponta críticas no mesmo sentido.

De acordo com o guia de terminologia sobre notícias falsas do centro americano, as *fakes news* são informações claramente fabricadas, além de serem construídas e disseminadas de tal forma a se assemelharem a notícias legítimas. Ressalta-se que as notícias falsas, ainda de acordo com o centro *Media Matters*, se diferem de outras categorias de desinformação na medida que aquele tipo é patentemente falso, além de serem criadas e apresentadas de maneira a induzir os leitores a pensar que são verídicas.

Dentre outros exemplos de desinformação, é particularmente importante conceituar a sátira, a qual, conforme Levi et al (2019), apresenta histórias como notícias reais, as quais são efetivamente incorretas; entretanto sua intenção não é a de enganar seus leitores, mas sim trazer a atenção, ridicularizar, ou expor comportamento condenável, corrupto, ou de algum modo, reprovável. A sátira possui longa tradição na cultura popular, constituindo-se também em gênero literário com raízes na Grécia Antiga⁴. E ainda, em diversas jurisdições, é legalmente protegida como forma de liberdade de expressão⁵ – diferentemente das *fake news*. Entretanto, como apontam Ireton e Posetti (2019, p. 56), a sátira “tem potencial para enganar”. Por isso, é considerada como parte integrante do ecossistema da desinformação.

Outro exemplo são as informações enganosas ou descontextualizadas, as quais, para o centro americano, não se constituem propriamente em *fake news* uma vez que esse tipo de desinformação não é totalmente fabricado e pode ocorrer em publicações que se baseiam em fatos que efetivamente ocorreram. Porém, os eventos relatados não são acurados. Ressalta-se que estas são diferentes de erros em reportagens, nos quais, veículos da mídia divulgam notícias com algum tipo de incorreção. O erro em reportagens é resultado, por exemplo, da falta de checagem dos dados apresentados por uma fonte. Segundo indicado pelo *Media Matters*, é comum que *websites* hiperpartidários usem uma combinação de notícias falsas e informações enganosas ou descontextualizadas para incitar seus leitores – estes inclinados à causa daqueles *sites*, a uma visão enviesada dos acontecimentos.

Os *clickbaites*, ainda conforme o glossário do centro estadunidense, são anúncios na internet, os quais apresentam títulos projetados para levar as pessoas a clicar neles - geralmente

⁴ Disponível em < <https://www.infoescola.com/literatura/satira/>>. Acesso em 05 de maio de 2020.

⁵ Para discussão aprofundada sobre o tema da liberdade de expressão no Brasil e comparação com a doutrina americana acerca deste assunto, conferir <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322017000100274>. Acesso em 05 de maio de 2020.

apresentando uma sensação enganosa ou distorcida sobre o que é a publicação. Não constituem necessariamente *fake news*, uma vez que esses tipos de *headlines* ou postagens podem ser tecnicamente verdadeiros (não fabricados); mas, no entanto, enganosos. Um dos seus principais objetivos é gerar renda ao se direcionar o leitor a páginas do anúncio com caráter sensacionalista, conforme aponta Mukherjee et al (2019). Diferentemente, o guia do *Media Matters* aponta que as postagens inspiradas em teorias da conspiração são aquelas com explicações de eventos baseadas em evidências questionáveis (ou mesmo inexistentes) de um suposto plano secreto – este geralmente maquinado por governos ou por meios de comunicação tradicionais- para ocultar determinados acontecimentos do grande público.

Ainda de acordo com a organização americana mencionada, a *propaganda* é uma estratégia de comunicação enganosa ou altamente tendenciosa, projetada especificamente para confirmar ou promover um ponto de vista ideológico específico. E ainda, o guia terminológico do *Media Matters* expõe que o termo é distinto das *fake news* na medida em que se origina de atores politicamente motivados com a intenção de conduzir a discussão pública, à parte, mas não separada do ganho financeiro e ideológico. Cabe destacar que a *propaganda* possui longa tradição na Ciência Política e Teoria da Comunicação⁶, sendo alvo de diversos estudos.

De modo similar, as *fake news* também não são um expediente novo na história política e social. A historiadora MacDonald (2017) recupera o tumultuado episódio do fim da República Romana, por volta de 30 aC, em que o suposto testamento do general Marco Antônio - que à época convivia com a rainha Cleópatra no Egito - foi reproduzido e distribuído aos senadores romanos e afixado em diversos pontos da cidade latina. A campanha difamatória com o documento, considerado aviltante pelos patrícios, selou o destino de Roma e culminou na ascensão de Otávio Augusto como o primeiro imperador romano⁷. Outro exemplo histórico, conforme aponta Burshtein (2017), é a referência da proibição de veiculação de “histórias ou notícias falsas” pelo Estatuto de Westminster de 1275 na Inglaterra do rei Edward I. Ressalta-se que seu Capítulo 5, conhecido como Lei da Liberdade de Eleição de 1275, ainda continua em vigor naquele país⁸.

⁶ Para aprofundar na história da propaganda, seus conceitos e usos conferir Nelson (1996), Chomsky (2014).

⁷ Disponível em <<https://theconversation.com/the-fake-news-that-sealed-the-fate-of-antony-and-cleopatra-71287>>. Acesso em 03 de maio de 2020.

⁸ Disponível em < <http://www.legislation.gov.uk/aep/Edw1/3/5>>. Acesso em 22 de maio de 2020.

Atualmente, cabe ressaltar que a preocupação com as notícias falsas, particularmente a subversão de eleições em países democráticos causada ela, é externada por diversos autores (McIntyre, 2018), (Sunstein, 2017), (Snyder, 2017). Embora em voga, ainda não foi totalmente perquirido por especialistas o tema de *fake news* e questões a respeito do direito à liberdade de expressão - principalmente em ambientes virtuais - face à veiculação deliberada de desinformação permanecem em debate. Assim, se coloca a seguinte questão: Como garantir o direito de livre expressão e ao mesmo tempo preservar outras garantias?

A discussão do controle de *fake news* se dá no bojo de um debate maior: com o desenvolvimento de novas tecnologias, particularmente aplicadas às mídias sociais, verifica-se o isolamento de grupos em bolhas sociais com consequente polarização de opiniões, as quais são validadas pela noção de concordância com o grupo e não por argumentos baseados em fatos – em uma corruptela do discurso pós-modernista, no que se convencionou chamar de pós-verdade (McIntyre, 2018). É alentada a ameaça à democracia por grupos autoritários que usam a disseminação de inverdades como instrumento de dominação política (McIntyre, 2018), (Sunstein, 2017). Inclusive, parte desta dinâmica de dominação é alienar os cidadãos conforme moldes de *propaganda* de governos fascistas (McIntyre, 2018).

E ainda, a exposição do grande público às sucessivas campanhas de *fake news* ameaçam a autonomia e a privacidade de decisão pessoal. Conforme Manheim e Kaplan (2019), visto que a liderança das narrativas dos acontecimentos é disputada tanto por relatos fidedignos, como por notícias falsas - por vezes, os fatos inverídicos acabam por se estabelecer, os quais servirão para a tomada de decisão dos indivíduos, e deste modo, em última instância, deturpam as referidas autonomia e privacidade dos indivíduos. Os autores igualmente ressaltam que este mecanismo, além da possibilidade de ameaçar as atividades e cânones éticos da imprensa livre tradicional, também coloca em risco a lisura das eleições, e por fim, a própria democracia.

Particularmente no Brasil, as notícias falsas que aviltem a honra ou imagem de uma pessoa são passíveis de receber sanção, de acordo com o Código Penal, e ainda, há implicações na esfera cível (Mapelli, 2018); além de possibilidade de tratamento na Corte eleitoral. Contudo, possível equacionamento do controle de notícias falsas em ambiente de eleições permanece em aberto⁹.

⁹ Por exemplo, ver matéria: <<https://www.camara.leg.br/noticias/577645-congresso-derruba-veto-e-retoma-punicao-para-quem-divulgar-fake-news/>>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

O presente trabalho foi imaginado a partir da leitura de notícias em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) afirmava estar se preparando para combater as *fake news* nas eleições brasileiras de 2018¹⁰. Inclusive houve encontro entre representantes do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições do TSE com comitiva do *Federal Bureau of Investigation (FBI)* estadunidense¹¹ para discutir a experiência sobre o assunto naquele país no primeiro semestre de 2018. Entretanto, foi outra matéria jornalística divulgada no sítio eletrônico do próprio tribunal¹² que despertou o maior interesse: nela foi apontado o ajuizamento de 50 ações na Corte relacionadas ao assunto de notícias falsas, as quais foram prontamente julgadas - inclusive, muitas das petições possuíam pedidos liminares de retirada de conteúdo da internet., ou seja, cerceamento do direito de expressão.

A celeridade do Tribunal aventada pela notícia também trouxe algumas indagações no que se refere não somente à concepção do conceito de *fake news* pelo TSE, mas também ao processo decisório do Tribunal e à efetividade de suas decisões. O que são *fake news* para o Tribunal? O que o TSE teria decidido nos pedidos de retirada de conteúdo do ar? Suas medidas foram efetivas¹³ no combate à propagação de notícias falsas no Brasil? Para responder a estas questões e demais relacionadas à disseminação de desinformação no país, foi desenvolvida uma investigação em que se procedeu a leitura das 50 ações mencionadas, e a partir da análise de seu conteúdo, jogou luz sobre o tema *fake news* nas eleições brasileiras de 2018.

¹⁰ Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Fevereiro/tse-vai-combater-fake-news-com-apoio-da-imprensa>>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

¹¹ Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/fbi-expoe-ao-tse-sua-experiencia-no-combate-as-fake-news>>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

¹² Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Novembro/tse-atuou-com-celeridade-no-julgamento-de-processos-sobre-fake-news-durante-as-eleicoes-2018>>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

¹³ Efetividade, conceito intrinsecamente relacionado à eficácia, é aqui definido como o fez Castro (2006, p. 5): “afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população. Ou seja, ela é mais abrangente que a eficácia, na medida em que esta indica se o objetivo foi atingido, enquanto a efetividade mostra se aquele objetivo trouxe melhorias para a população visada”.

CAPÍTULO 1 - SELEÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Em relação às 50 ações acerca de *fake news* ajuizadas no TSE no período eleitoral de 2018¹⁴, após negativa da Assessoria de Imprensa do Tribunal ao pedido de divulgação da lista de processos referidos na reportagem produzida pelo próprio órgão, foi realizada busca em plataforma que oferece serviço de banco de dados de ações judiciais¹⁵. Especificamente, foi feita pesquisa usando o termo *fake news* na jurisprudência do TSE, em qualquer data e em todos os graus de jurisdição. O resultado foram 56 entradas, as quais 8 eram repetidas. Outras 4 entradas foram descartadas por não tratarem de acontecimentos do pleito eleitoral ocorrido no segundo semestre de 2018.

Logo, foi procedida a análise de conteúdo de 44 decisões - sejam interlocutórias, sejam sentenças definitivas. Salienta-se que as decisões foram analisadas conforme metodologia para avaliação crítica de enunciados desenvolvida por Bardin (1977). A autora informa que a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

E ainda conforme Santos (2012, p. 383), a análise do conteúdo proposta por Bardin é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, os quais se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Suas inferências objetivam explicitar as causas do enunciado ou mesmo as consequências que o discurso analisado pode engendrar. Ou seja, com a investigação empreendida das decisões procurou-se extrapolar os seus respectivos textos, inferindo qual a concepção de notícias falsas para o Tribunal, bem como de outros conceitos conexos usados nas peças jurídicas - a exemplo de eleitor e internet, a fim de elucidar quais as causas e consequências que tais entendimentos poderiam produzir. Portanto, justifica-se a escolha do referencial metodológico por sua capacidade de análise e compreensão das

¹⁴ O calendário eleitoral da votação de 2018, em que são determinados vários prazos, entre eles, o período de início e término da propaganda política em diferentes mídias, foi determinado pelo TSE por meio de sua Resolução n 23.555/2017. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235552017.html>>. Acesso em 03 de junho de 2020.

¹⁵ Para maiores informações, ver: <<https://www.linkedin.com/company/jusbrasil/about/>>. Acesso em 24 de maio de 2020.

entrelinhas dos documentos, isto é, de seu conteúdo e intenção, além da expressão do texto aparente.

De modo geral, a técnica descrita por Bardin (1977) sugere três etapas: inicialmente há a pré-análise do material pesquisado – fase de planejamento e separação dos enunciados a serem investigados. A segunda etapa é a exploração do texto, em que deve haver a codificação dos dados e a agregação destes em unidades discerníveis para análise. Por fim, há o tratamento dos dados por meio de interpretação e inferências realizadas pelo pesquisador. Deste modo, foram reunidas as 44 decisões em um banco de dados, as quais foram identificadas não somente pelo número do processo correspondente na justiça eleitoral, mas também pelo tipo de ação à qual a decisão prolatada se referia - por exemplo, representação ou ação de investigação eleitoral, uma vez que a natureza da ação confere determinado significado ao seu texto. Após esta classificação, foi procedida a exploração do material, em que se procedeu à leitura de cada peça jurídica. Nesta etapa, foi estabelecido o destaque do termo *fake news* em todas as peças do conjunto do banco de dados. E então, foram interpretadas as concepções atribuídas ao termo para o Tribunal. Neste momento da pesquisa, as inferências acerca do entendimento de notícias falsas pelo TSE engendraram a necessidade de interpretar outros conceitos relacionados ao tema de pesquisa, por exemplo, os significados da especialidade da justiça eleitoral; *memes*; sátira; internet; letramento e grau de escolaridade do eleitorado brasileiro; e, ainda, democracia para a referida corte eleitoral.

E ainda, subsidiariamente, foi utilizada ferramenta computacional de análise qualitativa¹⁶, a fim de conferir maior robustez à análise de conteúdo realizada. Tendo em consideração as funcionalidades do *software*, foram realizadas duas ações relativamente simples: i) a indexação dos textos das decisões – que permite ágil recuperação de trechos das peças jurídicas; bem como, ii) o estudo léxico dos textos – em que é determinado a frequência de termos e suas funções gramaticais, e deste modo, obter alternativa para checar as inferências realizadas com a leitura das peças jurídica. Nesta etapa, restou ainda mais clara a necessidade de avançar pelo debate dos temas correlatos às notícias falsas para inferências mais acuradas sobre seu significado para o TSE.

¹⁶ “NVivo é um software que suporta métodos qualitativos e variados de pesquisa. Ele é projetado para ajudar você a organizar, analisar e encontrar informações em dados não estruturados ou qualitativos como: entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo web”. Disponível em <<https://www.qsrinternational.com/nvivo-qualitative-data-analysis-software/home>>. Um guia do *software* na língua inglesa pode ser consultado em <<https://gse-it.stanford.edu/sites/default/files/page/nvivo10-getting-started-guide.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2020.

Entretanto, cabe considerar que a interpretação aqui expressa acerca do entendimento do Tribunal Superior Eleitoral sobre as *fake news* e temas conexos é somente uma explicação entre as possíveis a respeito do mesmo assunto. Ou nas palavras de Dworkin (2010, p. 71), “uma interpretação é, por natureza, o relato de um propósito; ela propõe uma forma de ver o que é interpretado - uma prática social ou uma tradição, tanto quanto um texto ou uma pintura - como se este fosse o produto de uma decisão de perseguir um conjunto de temas, visões ou objetivos, uma direção em vez de outra”. E ainda, a presente análise empreendida é influenciada por outros fatores, como o ambiente linguístico, as tradições compartilhadas, além da subjetividade do próprio autor da presente monografia - de acordo com Gomes (2018, p. 36), a obra de um determinado autor é influenciada pela “pré-compreensão do mundo que o intérprete traz consigo, não havendo neutralidade absoluta nesses domínios”. Deste modo, este é um aviso que as considerações aqui feitas não são imparciais nem categóricas, e ainda, elas mesmas estão sujeitas às críticas. Portanto, o debate em torno do tema permanece.

Feita esta ressalva, cabe uma primeira consideração a respeito da atuação do Tribunal Superior Eleitoral, qual seja, sua atividade é adstrita à competência estabelecida pela legislação pátria. Os limites da jurisdição do TSE estão dispostos nos artigos 22 e 23 do Código Eleitoral, Lei n. 4.737 de 1965, o qual foi recepcionado parcialmente, no tocante à organização e competência da Justiça Eleitoral, como lei complementar¹⁷ – haja vista o artigo 121 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (CRFB/1988). Cabe ainda ressaltar os recursos sob a jurisdição da Corte Eleitoral são descritos nos artigos 280 e 281 do Código Eleitoral, além de previsão dos § 4º e incisos do artigo 121 da CRFB/1988. Há ainda um dispositivo bastante relevante para o presente estudo por abordar diretamente a competência dos tribunais e juízos eleitorais, o artigo 36, § 5º, da Lei n. 9.504 de 1997, a chamada Lei das Eleições, em que se lê:

Art. 36. [...] § 5º A comprovação do cumprimento das determinações da Justiça Eleitoral relacionadas a propaganda realizada em desconformidade com o disposto nesta Lei poderá ser apresentada no Tribunal Superior Eleitoral, no caso de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, nas sedes dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, no caso de candidatos a Governador, Vice-Governador, Deputado Federal, Senador da República, Deputados Estadual e Distrital, e, no Juízo Eleitoral, na hipótese de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

17 Conforme entendimento expresso no MS 26.604, rel. min. Cármen Lúcia, j. 4-10-2007, P, DJE de 3-10-2008. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=1217>>. Acesso em 06 de junho de 2020.

Portanto, o TSE possui a jurisdição para resolver originariamente as lides relacionadas a propagandas eleitorais de candidatos a Presidência e Vice-Presidência, seus recursos, bem como julgar pedidos de revisão listados no texto constitucional e na Lei das Eleições de candidatos ao Congresso Nacional.

Além da função jurisdicional, é notável o acúmulo de papéis que a Justiça Eleitoral possui na sua incumbência do controle de eleições e investidura em mandatos representativos. A referida justiça especializada igualmente possui as funções administrativa, normativa e consultiva. Não só planeja, organiza e gere todo o processo eleitoral, como também, possui papel normalizador, conforme disposto nos artigos 1º, parágrafo único, e 23, inciso IX, do Código Eleitoral, em que se lê:

“Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução.

[...]

Art. 23. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:

[...]

IX – expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código;”

E ainda, na Lei das Eleições, Lei n. 9.504 de 1997, no *caput* de seu artigo 105, é disposto:

“Art. 105. Até o dia 5 de março do ano da eleição, o Tribunal Superior Eleitoral, atendendo ao caráter regulamentar e sem restringir direitos ou estabelecer sanções distintas das previstas nesta Lei, poderá expedir todas as instruções necessárias para sua fiel execução, ouvidos, previamente, em audiência pública, os delegados ou representantes dos partidos políticos.”

Deste modo, cabe considerar que as instruções de caráter normativo emitidas pelo órgão colegiado do TSE na forma de Resoluções possuem natureza de atos normativos¹⁸, criando situações gerais e abstratas, a exemplo da Resolução TSE n 23.551 de 2017 - citada pelas decisões que serão analisadas em seguida. Porém ressalta-se que as Resoluções do TSE, embora gerais e abstratas, estão subordinadas às leis propriamente ditas, conforme apontado por Gomes (2020). E por fim, a Justiça Eleitoral cumpre função de consulta – não somente o TSE, mas também os Tribunais

¹⁸ Para aprofundamento da discussão sobre a legitimidade da função normativa das Resoluções expedidas pelo TSE, inclusive frente a aspectos da representação argumentativa contidos na Teoria de Direito formulada por Ronald Dworkin, ver artigo “O Poder Normativo-Regulamentar Do Tribunal Superior Eleitoral e a Representação Argumentativa em Dworkin”. Disponível em <<http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/66fsl345/0wgz69fe/ic7EYQj2f1M8V224.pdf>>. Acesso em 03 de maio de 2020.

Regionais Eleitorais cumprem este dever, conforme disposição dos artigos 23 e 30 do Código Eleitoral, *in verbis*:

“Art. 23. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:

[...]

XII – responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político;

[...]

Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais:

[...]

VIII – responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;”.

E ainda, conforme apontado por Gomes (2020, p. 101), são “dois, portanto, os [seus] requisitos legais [da consulta à Justiça Eleitoral]: legitimidade do consulente e ausência de conexão com situações concretas”. E embora as respostas às consultas dos tribunais eleitorais não possuam caráter vinculante, as mesmas orientam a ação dos demais órgãos da referida justiça especializada face à possibilidade de fundamentar suas decisões nos planos administrativo e judicial.

Em relação à função jurisdicional da Justiça Eleitoral, destaca-se que suas ações eleitorais são típicas, com previsão, principalmente, na Lei das Eleições e na Lei Complementar n. 64 de 1990 (LC n. 64/1990). Conforme aponta Gomes (2020, p. 851), a atuação da referida justiça especializada em decorrência de ilícitos eleitorais “se dá necessariamente no bojo de determinada ação eleitoral. Existe uma relação fundamental entre ilícito e ação, de tal maneira que a responsabilização por um ilícito só pode ocorrer por meio de ação e procedimentos específicos”. Tal entendimento é reafirmado pela jurisprudência do TSE, conforme seguinte decisão da Ministra Rosa Weber:

“[...] 3. Na seara eleitoral, em matéria de processo -, frente às peculiaridades ditas pelos princípios informadores do direito material de que é veículo de realização, a lhe conferirem fisionomia própria -, vigora o princípio da tipicidade das ações eleitorais, fixadas em *numerus clausus*, cada uma com suas especificidades quanto a tempo, modo e espectro de legitimação, impondo-se o exercício do controle jurisdicional na estrita conformidade do prescrito no arcabouço normativo” (TSE – Pet. no 060073463/DF – decisão monocrática da Min. Rosa Weber, de 18-7-2018).

Ainda segundo Gomes (2020), são quatro as principais ações eleitorais: a primeira é a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)¹⁹ por abuso de poder, com fundamento legal nos artigos 19 e 22 da LC n. 64/1990. Seu bem tutelado são a legitimidade, a normalidade e a sinceridade das eleições; e seu objeto é a cassação de registro ou diploma e inelegibilidade por oito anos. A segunda ação é aquela por captação ou uso ilícito de recurso para fins eleitorais, com fulcro no artigo 30-A da Lei das Eleições. O bem tutelado aqui é a hígidez da campanha e paridade de armas dos candidatos no pleito. E seu objeto é a negação de diploma ou sua cassação, ou ainda a inelegibilidade por oito anos do candidato ou chapa eleitoral, conforme artigo 1º, inciso I, alínea *j*. O terceiro tipo é a Ação por captação ilícita de sufrágio, baseada no artigo 41-A da Lei 9.504 de 1997. O bem tutelado é a liberdade do eleitor. E seu objeto é a cassação de registro ou diploma e multa; ou inelegibilidade por oito anos de candidato, segundo o artigo 1º, inciso I, alínea *j*, da LC no 64/90. E por fim, a ação por conduta vedada, baseada nos artigos 73, 74, 75 e 77 da Lei das Eleições. Seu bem tutelado é a igualdade de oportunidades no pleito e moralidade administrativa. E seu objeto, similarmente à ação por captação ilícita de sufrágio, é a cassação de registro ou diploma e multa; ou inelegibilidade por oito anos de candidato, segundo o artigo 1º, inciso I, alínea *j*, da LC no 64/90.

De maneira geral, as ações eleitorais seguem o rito prescrito no artigo 22 da Lei Complementar n. 64 de 1990, o qual, conforme o mesmo Gomes (2020), foi concebido especificamente para a AIJE por abuso de poder, entretanto, foi adotada posteriormente para as demais ações eleitorais.

Apesar do exposto no tocante às ações eleitorais, deve-se ainda ressaltar, conforme Gonçalves (2018), que frequentemente é usado o termo representação para designar qualquer uma das ações listadas. De modo similar, Gomes (2020) aponta o uso indiscriminado do termo, e ainda, que representação seria mais adequado para especificar as ações de captação ou uso ilícito de recurso para fins eleitorais com fulcro no artigo 30-A da Lei das Eleições, em que se lê:

Art. 30-A. Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas desta Lei, relativas à arrecadação e gastos de recursos.

¹⁹ Em relação à denominação AIJE, é importante ressaltar crítica do referido Gomes (2020, p. 852), quem aborda que apesar remeter “a procedimento administrativo-inquisitorial realizado no âmbito policial-administrativo, no qual se encontram ausentes o contraditório e a ampla defesa. Em verdade, na ação por abuso de poder prevista nos artigos 19 e 22 da LC no 64/90 não há propriamente uma investigação, mas sim verdadeira ação no sentido técnico-processual, na qual o autor apresenta uma pretensão ao Estado-juiz e este, observando o devido processo legal, analisa a pretensão e, à luz das provas produzidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, decide a pretensão do autor”.

De toda forma, conforme apontado em reportagem do *website* do TSE²⁰, as representações no âmbito da Justiça Eleitoral podem ser divididas em duas classes. Além das representações eleitorais – estas propostas a partir das situações previstas na Lei das Eleições e Lei Complementar n. 64 de 1990, há as representações genéricas, as quais são

cabíveis nas situações de propaganda eleitoral irregular na época da eleição. Essas RPs estão previstas nas resoluções que tratam das eleições, tanto para a imprensa escrita, quanto para as emissoras de rádio e TV. Os prazos para julgamento dessas Representações geralmente são muito curtos, havendo prazos de até 24 horas, como nos casos de análise de pedidos de direito de resposta.

Portanto, registra-se que a nomenclatura das ações eleitorais, principalmente no cotidiano dos fóruns e escritórios de advocacia, não é precisa e acurada – muito embora qualquer ação ajuizada deve obedecer aos requisitos previstos na legislação para seu reconhecimento pelos órgãos jurisdicionais.

E ainda, há outro termo frequente no direito eleitoral, a reclamação, a qual, conforme indica Gomes (2020, p. 852) não possui natureza de ação, mas sim de medida administrativa; é uma “notícia de ato supostamente irregular praticado por alguma entidade, agente ou órgão da Justiça Eleitoral, na qual se pede a adoção de providência”. Portanto, apresenta caráter correccional, e não propriamente se constitui em uma lide apresentada à jurisdição eleitoral. O mesmo autor Gomes (2020, p. 852) complementa

À guisa de exemplo, cite-se o disposto nos artigos 22, I, f, e 29, I, f, do Código Eleitoral que preveem a competência respectivamente do TSE e dos TREs para conhecerem “reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos”. Cite-se, também, o § 1º, artigo 4º da Res. TSE no 22.624/2007, segundo o qual a reclamação tem “como objeto ato de servidor da Justiça Eleitoral”. E, ainda, o disposto no artigo 188 da Res. TSE no 23.456/2015, que reza: “Poderá o candidato, o partido político, a coligação ou o Ministério Público reclamar ao Tribunal Regional Eleitoral contra o Juiz Eleitoral que descumprir as disposições desta resolução ou der causa a seu descumprimento [...]”.

Por fim é necessário abordar os recursos da Justiça Eleitoral: além daqueles previstos no texto constitucional, artigo 121, §§3º e 4º, os recursos eleitorais são dispostos no Código Eleitoral, especificamente artigos 257 a 282, além de previsões na Lei Complementar 64 de 1990 e na Lei de Eleições. Destaca-se que a aplicação da Lei 13.105 de 2015, o novo Código de Processo Civil, conforme disposto em seu artigo 15, se dá de maneira subsidiária – muito embora, de acordo com

²⁰ Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Abril/classes-processuais-representacao-e-utilizada-em-situacoes-de-descumprimento-da-lei-das-eleicoes>>. Acesso em 07 de junho de 2020.

crítica de Gonçalves (2018), há incompatibilidade em tal aplicação haja vista aos trâmites e prazos exíguos do processo eleitoral.

Após o exposto, cabe considerar que dentre as 44 decisões analisadas na presente pesquisa sobre *fake news*, 31 eram respostas às representações eleitorais ajuizadas. Por outro giro, 5 tratavam de Recurso Especial Eleitoral (RESPE), 3, de Agravo de Instrumento, outros 3 de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), 1 Reclamação e 1 Ação Cautelar. Seguem estes dados expostos em formato de tabela:

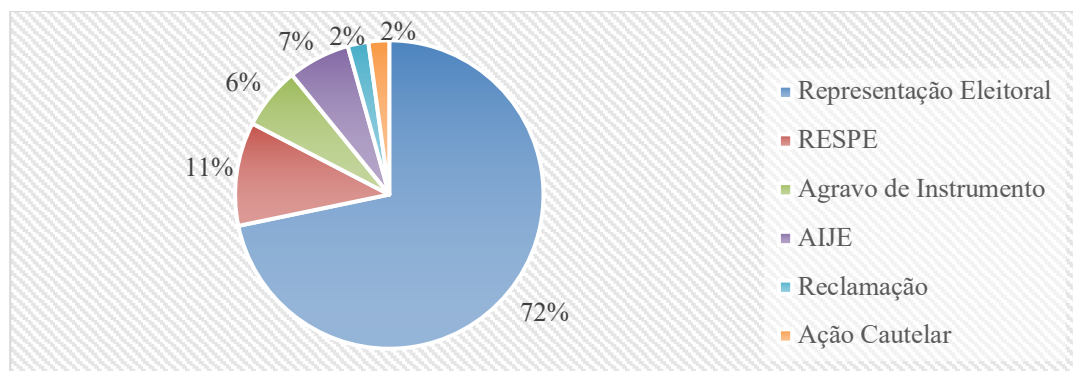
Tabela 1 – Quantidade de Ações Judiciais Eleitorais por classe

Classe de Ação Judicial Eleitoral	Quantidade
Representação Eleitoral	31
RESPE (Recurso Especial Eleitoral)	5
Agravo de Instrumento	3
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	3
Reclamação	1
Ação Cautelar	1
Total	44

Fonte: Elaboração própria

Para mais fácil visualização, no diagrama a seguir estes dados são apresentados por porcentagens dos tipos de ação:

Diagrama 1 – Porcentagem das classes de Ações Judiciais Eleitorais



Fonte: Elaboração própria

De fato, uma vez que estamos discutindo as notícias falsas no âmbito da eleição de 2018, a maioria das ações são representações - as quais, conforme referido, são uma classe processual adequada para a discussão de lides envolvendo a propaganda irregular durante as eleições. No entanto, as 31 representações listadas possuíram como fulcro disposições de Resoluções do TSE, enquanto aquelas três ações com designação explícita AIEJ foram baseadas em artigos da Lei das Eleições. Não obstante, o termo *fake news* ainda esteve presente em oito recursos, uma reclamação e uma ação cautelar.

Capítulo 2 - Posicionamento do TSE

A primeira característica do direito eleitoral que se torna evidente com a análise das decisões proferidas é o seu caráter de justiça especializada. E a consequência dessa especialização, que se dá em nome da especificidade temática conforme apontam Cintra, Grinover e Dinamarco (2011), é, além de suas lides serem decididas por ramo do Poder Judiciário específico, a justiça eleitoral possuir inclusive leis processuais particulares²¹. Por exemplo, a representação é a ação adequada para obtenção de direito de resposta²². Tal ação possui procedimentos próprios, como prazo para resposta do representado em até 48 horas e outras particularidades, conforme determinado em na Resolução n. 23.547 de 2017²³.

Uma teoria interessante que auxilia no entendimento da importância da característica de especialização da justiça eleitoral é aquela desenvolvida por Luhmann (2010). Na tentativa de descrever a sociedade contemporânea como um sistema fechado, que por seu turno é composto por subsistemas - como o direito, o autor aponta que os referidos sistemas, e mesmo seus subsistemas, possuem estruturas que obedecem a regras de funcionamento interna, as quais são usadas para processar os ruídos originários do ambiente externo - é o conceito de fechamento operacional dos sistemas. De acordo com os autores Rodrigues e Neves (2012, p. 79), quem escrevem sobre a teoria dos sistemas alemã, “o fechamento é a condição da abertura do sistema ao ambiente: o sistema só é capaz de estar atento e responder à causalidade externa por meio das operações que ele próprio desenvolveu”. Portanto, a conclusão é a de que um sistema processa estímulos externos a partir de sua própria lógica interna. Igualmente, numa extrapolação da teoria proposta por Luhmann, a Justiça Eleitoral no Brasil também realiza operações de acordo com seu próprio fechamento

21 Muito embora a justiça eleitoral possua algumas leis processuais próprias, a Lei n. 13.105 de 2015, o Novo Código Civil, em seu art. 15, estabelece que na ausência de normas eleitorais, as disposições daquele diploma serão aplicadas supletiva e subsidiariamente. Entretanto, conforme pondera Gonçalves (2018, p. 253), a aplicação de tal artigo não é frequente somente pelas “necessidades específicas de regulação dos processos eleitorais, pensados para gerar efeitos no menor prazo possível, a ponto de interferir com as eleições em andamento ou estabilizar as relações jurídicas delas advindas, não se compadece com os prazos largos e folgados dados pela lei processual comum”, mas também “porque a legislação eleitoral é complexa, vasta e repleta de disposições especiais, que afastam, nos termos do art. 15 da lei processual comum, sua aplicação”.

22 Para aprofundar no tema, conferir Germano (2011).

23 Aponta-se que essa seja a causa da celeridade das decisões aventada na notícia do TSE sobre ações ajuizadas acerca do tema de *fake news*. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Novembro/tse-atuou-com-celeridade-no-julgamento-de-processos-sobre-fake-news-durante-as-eleicoes-2018>>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

operacional. Deste modo, o TSE processa as demandas acerca das *fake news* de acordo com sua lógica interna, a qual vamos tentar explorar neste artigo.

A exemplo da decisão da Representação n 0601781-72.2018.6.00.0000 ajuizada no TSE, a disseminação de notícias falsas durante o período das eleições somente é tratada pela Justiça Eleitoral brasileira quando tais notícias são consideradas pelo Tribunal como "afirmações [...] sabidamente inverídicas". Tal condição é estabelecida pelo artigo 58 da Lei 9.504/1997, *in verbis*:

Art. 58. A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.

E ainda, na mencionada decisão, expõem-se os parâmetros utilizados pelo TSE para processar as *fake news* de acordo com a legislação eleitoral. Notícias falsas são classificadas como afirmações sabidamente inverídicas quando seu teor exibam os seguintes critérios: fatos cuja falsidade seja "verificável de plano", "inverdade evidente [...], isto é, aquela cuja constatação independa de maiores exames ou avaliações", "flagrantes expedientes de desinformação [...] com o propósito inequívoco de induzir o eleitorado ao erro"; e ainda, "a mensagem, para ser qualificada como sabidamente inverídica, deve conter inverdade flagrante que não apresente controvérsias". Portanto, em relação às *fake news*, o TSE somente atua - no caso, ordena -, por exemplo, na remoção de conteúdo da internet e concede direito de resposta, quando a notícia é caracterizada como patentemente inverídica.

Tal entendimento está em parte de acordo com a definição proposta pelo centro *Media Matters* de *fake news* mencionada anteriormente. Porém, salta aos olhos que o Tribunal Superior Eleitoral, enquanto analisa a patente falsidade de uma informação, de modo geral, não avalia criticamente a característica das notícias falsas serem construídas e disseminadas de tal forma a se assemelharem a notícias legítimas. Ou seja, o juiz responsável pela decisão avalia somente o conteúdo da alegada notícia falsa elencada na petição da peça processual remetida ao Tribunal em relação unicamente ao critério de evidente inverdade, ao passo que elementos caracterizadores da criação e apresentação das *fake news*, como por exemplo, investigar a autoria da notícia falsa ou realizar checagem dos fatos, não são realizados²⁴. Inclusive, de acordo com a decisão da Representação n 0601.806-85.2018.6.00.0000, é expresso “A Justiça Eleitoral não deve, portanto,

²⁴ Inclusive, tampouco verifica-se o estabelecimento de critérios mais robustos de determinação de afirmações sabidamente inverídicas que coadunem com tipologia proposta por estudos de campanha de desinformação, a exemplo de Ireton e Posetti (2019) e Wardle e Derakshan (2017).

atrair para si a função de ‘fact-checking’ ou ainda realizar um controle excessivo”. Portanto, a análise que o TSE realiza das notícias falsas pode ser tida como superficial.

Com efeito, a definição de “conceito, imagem ou afirmação [...] sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social” estabelecida pelo artigo 58 da Lei das Eleições, e mesmo os citados parâmetros elencados nas decisões do Tribunal Superior Eleitoral para a determinação da ocorrência de uma *fake news*, estes resultado de desenvolvimento jurisprudencial, possuem caráter amplo, os quais, face às categorias de desinformação elencadas pelo centro americano, poderiam se subsumir virtualmente a qualquer uma daquelas categorias de desinformação. Esta constatação reafirma a consideração de que a atuação do TSE ao combate a toda a campanha de desinformação verificada atualmente, e particularmente às notícias falsas da qual é parte – conforme a tipologia do *Media Matters*, e ainda, de Ireton e Posetti (2019), ser pontual.

É importante ressaltar outros achados em relação a temas conexos às notícias falsas. Por exemplo, o direito de livre expressão face a outras garantias: aponta-se que a retirada de conteúdo do ar é vista como circunstância excepcional - nas palavras do ministro juiz da Representação n 0601775-65.2018.6.00.0000, "a regra é a liberdade de expressão", sendo necessário, conforme a referida decisão da Representação expõe, a justificação que se amolde ao Art. 22, § 1º, da Resolução TSE n 23.551 de 2017: "A livre manifestação do pensamento do eleitor identificado ou identificável na internet somente é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos" - esta última categoria são as *fake news*. Portanto, a opção *default* é a liberdade de expressão, mas há limites – conforme referido.

No mesmo sentido, é apresentado nas sentenças outro dispositivo, o Art. 33, da mesma Resolução TSE n 23.551 de 2017, e que indica que a "atuação da Justiça Eleitoral em relação a conteúdos divulgados na internet deve ser realizada com a menor interferência possível no debate democrático". Cabe ressaltar que tal artigo foi citado em 24 das 31 Representações ajuizadas na Corte. Portanto, temos aqui enunciado um dos princípios da atuação do TSE no âmbito da rede mundial de computadores, a isenção - a qual se traduz na resistência do exercício de qualquer medida pela Corte no ambiente virtual. Tal entendimento da imparcialidade da Corte já está cristalizado, como demonstra o seguinte trecho da decisão da Representação 0601611-03.2018.6.00.0000, "à luz do princípio da mínima interferência desta Justiça especializada no debate político-eleitoral, penso que [...]".

A partir da análise das sentenças, infere-se que a causa fundadora de tal posicionamento é demonstrada no § 1º do mesmo Art. 33 da Resolução TSE n 23.551/2017, em que se lê:

§1º Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, as ordens judiciais de remoção de conteúdo divulgado na internet serão limitadas às hipóteses em que, mediante decisão fundamentada, sejam constatadas violações às regras eleitorais ou ofensas a direitos de pessoas que participam do processo eleitoral.

Deste modo, é em nome da prevenção à possível censura que o TSE adota postura de isenção quando é chamado a julgar casos com pedido de remoção de conteúdo da internet.

E ainda, tem-se o § 6º do mesmo Art. 33 da Resolução TSE n 23.551/2017, no qual se lê: "Findo o período eleitoral²⁵, as ordens judiciais de remoção de conteúdo da internet deixarão de produzir efeitos, cabendo à parte interessada requerer a remoção do conteúdo por meio de ação judicial autônoma perante a Justiça Comum". Tal artigo é citado nas decisões, como na Representação n 0601611-03.2018.6.00.0000, e reafirma, além da característica da justiça eleitoral ser especializada, o princípio de isenção do TSE em relação a qualquer medida no âmbito da internet.

E ainda, além dos parâmetros de inverdade patente ou ofensa aos direitos de algum candidato, foi abordada outras condições para que uma notícia seja removida da internet nas decisões do TSE. A exemplo da sentença da Representação n 0601818-02.2018.6.00.0000, foi expresso que "tratando-se de conteúdos veiculados no ambiente especialmente livre da Internet, além da ofensa à honra ou da constatação da patente falsidade, há de se considerar a existência de contraditório na própria rede e o potencial lesivo da postagem [...]". Portanto, a partir de movimento da jurisprudência, mais balizas foram adicionadas à atuação do TSE, o que leva à reafirmação da inferência do caráter excepcional de tal atuação.

Outro ponto conexo às *fake news* que chama a atenção é que, em decisões exaradas pelo Tribunal, como naquela da Representação n 0601820-69.2018.6.00.0000, é exposto definição dada pelo Dicionário Oxford sobre *memes*: “uma imagem, um vídeo ou um texto, tipicamente humorístico em sua natureza, que é copiado e rapidamente compartilhado por usuários da Internet, muitas vezes com pequenas variações”. O *meme* é descrito pelo magistrado da referida representação como "charge virtual e espontânea, que viraliza no ambiente digital". E a conclusão

²⁵ De acordo com calendário disponibilizado em *website* do TSE, o período eleitoral de 2018 se encerrou depois das votações do segundo turno, dia 28 de outubro de 2018. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Dezembro/confira-as-principais-datas-do-calendario-eleitoral-das-eleicoes-gerais-de-2018>>. Acesso em 08 de maio de 2020.

é a de que "'memes' não são passíveis de remoção, pois alheias ao padrão de notícias falsas". Assim, o TSE não considera os *memes*, por causa do seu caráter satírico, como notícias falsas.

Entretanto, para além da problematização de que a própria sátira pode ser enganosa quando seu emissor não declara abertamente sua intenção sarcástica, conforme ressaltam o *Media Matters*, e Ireton e Posetti (2019); cabe considerar que imagens vêm sendo regularmente usadas para a difusão persuasiva de desinformação²⁶. De acordo com Wardle et al. (2018), a definição formal do termo *meme*, cunhada pelo biólogo Richard Dawkins em 1976, é uma ideia ou comportamento que se espalha de pessoa para pessoa por meio de uma cultura²⁷, propagando-se rapidamente e alterando-se com o passar do tempo. Contudo, ainda de acordo com os autores mencionados, a expressão agora é usada com mais frequência para descrever fotos legendadas ou GIFs que se espalham online, sendo os mais eficazes aqueles de caráter humorístico ou críticos da sociedade – e por fim, estão cada vez mais sendo usado como veículos poderosos de desinformação. Pesquisas recentes demonstram que a população em geral não discerne facilmente imagens manipuladas Nightingale et al (2017). Não seria o caso de analisar os *memes* com os mesmos parâmetros dos textos apontados como notícias falsas?

Outro ponto revelado pela análise de conteúdo é a concepção acerca da internet para a Corte, como, por exemplo, aquela exposta na decisão da Representação n 0601727-09.2018.6.00.0000. Em argumentação a respeito do debate encerrado na rede mundial de computadores é exposto que “considerando a natureza eminentemente libertária do ambiente virtual”; e ainda “que conteúdos veiculados no ambiente especialmente livre da Internet, além da ofensa à honra ou da constatação da patente falsidade, há de se considerar a existência de contraditório na própria rede e o potencial lesivo da postagem”. Deste modo, pode-se inferir que a rede mundial de computadores é um espaço em que particularmente seus usuários são livres e, ainda, produzem conteúdo, ao contrário do que ocorre nas mídias tradicionais como televisão e o rádio – em que os telespectadores ou ouvintes são apenas receptores do conteúdo veiculado pelas emissoras. Tal entendimento se aproxima bastante da internet como “redes horizontais de comunicação interativa que conectam o local e o global, em um momento determinado”, como

²⁶ Disponível em <<https://firstdraftnews.org/latest/understanding-visual-misinfo/>>. Acesso em 09 de maio de 2020.

²⁷ O significado de cultura na definição de Richard Dawkins remete ao campo da biologia, em que o termo designa “cultivo de célula ou tecido vivos em uma solução contendo nutrientes adequados e em condições propícias à sobrevivência”.

definido por Castells (2015, p. 113). Portanto, a internet aparece como um ambiente em que seus integrantes estariam em um mesmo patamar, além da possibilidade de incontáveis contatos que seus pontos poderiam encetar. Enfim, um universo de liberdade!

Essa visão da internet é, de fato, aquela propalada em seu início no início dos anos 1970, em que a rede conectava majoritariamente o meio militar e acadêmico independentemente de um de seus pontos apresentar algum problema²⁸. E o paradigma vigente era o de que todos seus pontos eram de usuários confiáveis²⁹. Com efeito, a *World Wide Web* foi construída para a disponibilização de informações ao alcance de qualquer um de seus usuários, sem discriminação. Com efeito, o Marco Civil da Internet, Lei n 12.965 de 2014, prevê em seu art. 3º, inciso IV, a neutralidade da rede como princípio a ser realizado na rede mundial de computadores. Entretanto, em contraposição, emergem visões críticas acerca da liberdade e neutralidade da rede nos dias de hoje, como Alen-Savikko (2019), para quem a neutralidade da rede é uma opção a ser perseguida e não uma característica intrínseca da rede mundial de computadores. Com efeito, verifica-se o domínio das grandes redes comunicacionais por poucos conglomerados econômicos – conforme o mesmo referido Castells (2015, p. 30) aponta, “para se tornar o principal meio de comunicação da era digital, as grandes corporações passaram a dominar o seu negócio, e as companhias de comunicação globais moldaram as plataformas móveis de comunicação”. E ainda, presentemente, o ecossistema da internet é composto, além de pessoas, por *bots* e outros dispositivos de inteligência artificial, os quais mimetizam o comportamento humano. Portanto, grande quantidade de *posts* e *tweets* a respeito de política no período eleitoral podem ter sido gerados por máquinas e não por eleitores³⁰.

Com efeito, conforme apontam as decisões do Tribunal, existe um entendimento da Corte em relação ao conceito de eleitores, sobre o qual é pressuposto que sejam capazes de tomar parte no pleito político, se expressarem, articularem opinião e de debaterem em um exercício de livre convencimento típico de regimes democráticos. Cidadãos com discernimento, os quais devem

²⁸ Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml> >. Acesso em 09 de maio de 2020.

²⁹ O engenheiro de computação americano Hunter Predergast aborda o assunto em documentário acerca de Criptomonedas produzido pela Netflix. Disponível < <https://www.netflix.com/watch/80243756?trackId=200257859> >. Acesso em 08 de junho de 2020.

³⁰ Para aprofundamento na discussão do uso de *bots* nas eleições brasileiras, conferir Ruediger et al (2019).

possuir "comportamento adulto e maduro", conforme aponta decisão da Representação n 0601775-65.2018.6.00.0000. A noção do eleitorado encontrada nas decisões remete ao tipo ideal do homem médio³¹. Característico dos direitos civil e penal, e em uma extrapolação para o direito eleitoral, este tipo seria racional, com acesso às informações sobre o pleito, capaz de analisar argumentos e formar opinião livremente a partir da discussão política engendrada em meio às campanhas eleitorais democráticas.

No entanto, esta concepção não é perfeitamente aderente ao resultado de pesquisas sobre alfabetismo³² da população brasileira. Por exemplo, os dados divulgados pela pesquisa do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)³³, apontam que, em 2018³⁴, cerca de 30% da população brasileira com idade entre 15 e 65 anos eram analfabetos funcionais.

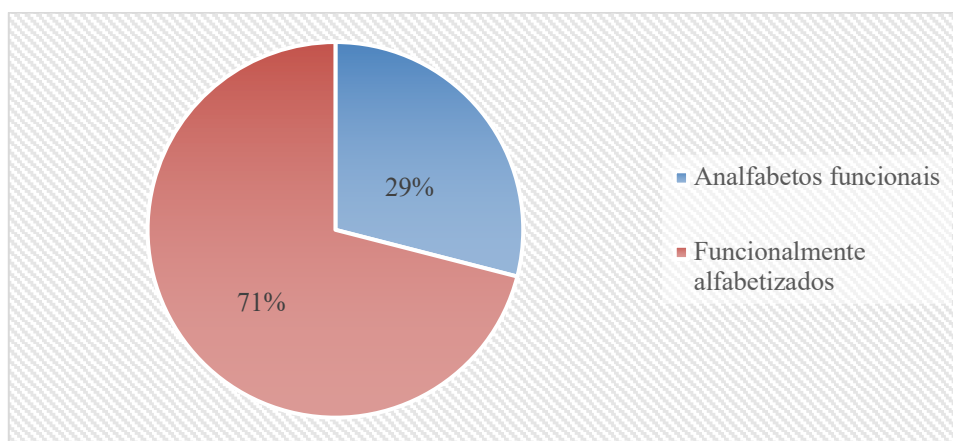
³¹ O conceito de homem médio possui longa tradição no *common law* anglo-saxão, e surgiu no caso inglês *McQuire v Western Morning News* [1903] 2 K.B. 100 at 109 per Collins MR. Na versão eletrônica do dicionário Merriam-Webster é listada a seguinte definição legal de *reasonable man*: *a fictional person with an ordinary degree of reason, prudence, care, foresight, or intelligence whose conduct, conclusion, or expectation in relation to a particular circumstance or fact is used as an objective standard by which to measure or determine something (as the existence of negligence)*. Disponível em <<https://www.merriam-webster.com/legal/reasonable%20person>>. Acesso em 07 de junho de 2020.

³² De acordo com o Relatório INAF Brasil 2018, alfabetismo “é a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor. Dentro desse campo, distinguem-se dois domínios: o das capacidades de processamento de informações verbais, que envolvem uma série de conexões lógicas e narrativas, denominada pelo Inaf como letramento, e as capacidades de processamento de informações quantitativas, que envolvem noções e operações matemáticas, chamada numeramento”.

³³ Conforme o *website* <<https://ipm.org.br/inaf>>, o “Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e realizado com o apoio do IBOPE Inteligência com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano”. Acesso em 01 de maio de 2020.

³⁴ Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>>. Acesso em 01 de maio de 2020.

Diagrama 2 – Percentagem de analfabetos funcionais e funcionalmente alfabetizados da população brasileira em 2018



Fonte: Adaptado de Inaf 2001-2018

O grupo dos analfabetos funcionais é composto por dois subtipos: os analfabetos absolutos – que não são capazes de ler, e os rudimentares - estes embora saibam ler, conseguem apenas localizar informações explícitas em textos curtos, enquanto atividades complexas como a compreensão de ironias e outras figuras de pensamento, não são totalmente realizadas. Por seu turno, o grupo dos funcionalmente alfabetizados são divididos em três níveis: elementar, intermediário e proficiente, os quais representam uma escala crescente do domínio de habilidades relacionadas ao alfabetismo por parte dos pesquisados³⁵. A seguir são expostos a porcentagem,

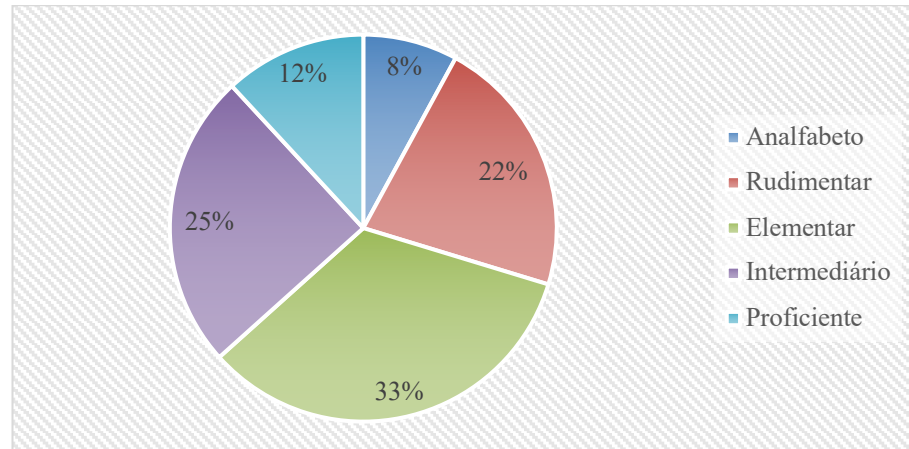
³⁵ De acordo com o relatório Inaf Brasil 2018, a escala de proficiência dos níveis de alfabetismo pode ser assim descrita: analfabeto corresponde “à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela consiga ler números familiares (de telefone, preços etc.)”. O grupo rudimentar são aqueles capazes de localizar “uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples (calendários, tabelas simples, cartazes informativos) compostos de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano doméstico. Também são capazes de comparar, ler e escrever números familiares (horários, preços, cédulas/moedas, telefone) identificando o maior/menor valor. Igualmente, resolvem problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas elementares (com ou sem uso da calculadora) ou estabelecendo relações entre grandezas e unidades de medida. E ainda, reconhecem sinais de pontuação (vírgula, exclamação, interrogação etc.) pelo nome ou função”.

O nível elementar é capaz de relacionar “uma ou mais unidades de informação, observando certas condições, em textos diversos de extensão média realizando pequenas inferências. Também, resolvem problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo grau de planejamento e controle (total de uma compra, troco, valor de prestações sem juros). Comparam ou relacionam informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples, envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social. E ainda, reconhecem o significado de representação gráfica de direção e/ou sentido de uma grandeza (valores negativos, valores anteriores ou abaixo daquele tomado como referência)”.

O nível intermediário é caracterizado pelas seguintes habilidades: “localizar informação expressa de forma literal em textos diversos (jornalístico e/ou científico) realizando pequenas inferências; resolver problemas envolvendo operações matemáticas mais complexas (cálculo de porcentagens e proporções) da ordem dos milhões, que exigem critérios de seleção de informações, elaboração e controle em situações diversas (valor total de compras, cálculos de

para o ano de 2018, de cada subnível dos dois grandes grupos analfabetos funcionais e alfabetizados funcionais:

Diagrama 3 – Percentagem dos Níveis de Alfabetismo segundo escala Inaf (2018)



Fonte: Inaf 2001-2018

Além disso, outro dado apontado pela mesma pesquisa chama a atenção: mesmo com restrições, os analfabetos funcionais são usuários frequentes das mídias sociais: 86% usam o WhatsApp e 72%, o Facebook³⁶. A porcentagem do grupo daqueles que não conseguem ler e que usam *apps* é muito próxima da porcentagem do grupo dos alfabetizados que usam os aplicativos: por exemplo, 89% dos proficientes usam o aplicativo desenvolvido por Mark Zuckerberg. Entretanto, conforme aponta a pesquisadora do Instituto Paulo Montenegro, o uso das mídias sociais pelos analfabetos sofre das limitações típicas daqueles que não são letrados frente ao texto escrito, pois a apreensão de informações a respeito do contexto de uma postagem pode não ser

juros simples, medidas de área e escalas); interpretar e elaborar síntese de textos diversos (narrativos, jornalísticos, científicos), relacionando regras com casos particulares com o reconhecimento de evidências e argumentos e confrontando a moral da história com sua própria opinião ou senso comum; e ainda, reconhecer o efeito de sentido ou estético de escolhas lexicais ou sintáticas, de figuras de linguagem ou sinais de pontuação”.

Por fim, o nível proficiente é descrito pelas seguintes habilidades: “elaborar textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto; interpretar tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo elementos que caracterizam certos modos de representação de informação quantitativa (escolha do intervalo, escala, sistema de medidas ou padrões de comparação) reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções); e ainda, resolver situações-problema relativos a tarefas de contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração, que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências”.

³⁶ Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957> >. Acesso em 01 de maio de 2020.

realizada por este grupo³⁷. Apesar da interação promovida pelas mídias sociais serem uma forma de estímulo ao aperfeiçoamento do letramento, permanece como desafio o desenvolvimento de postura crítica em relação às postagens, principalmente, pelos analfabetos funcionais.

O Tribunal Superior Eleitoral, de forma similar, informa sobre o grau de instrução dos eleitores brasileiros^{38 39} em seu sítio eletrônico. E muito embora haja a ressalva acerca da fidedignidade dos dados, uma vez que são coletados no momento de cadastramento ou recadastramento do título de eleitor, são apontados os seguintes percentuais acerca do nível de escolaridade dos eleitorado brasileiro no mês de dezembro de 2018: analfabetos perfazem 4,43% dos eleitores⁴⁰; a categoria intitulada "lê e escreve", 8,85%; ensino fundamental incompleto, 25,76%; ensino fundamental completo, 6,8%; ensino médio incompleto, 16,89%; ensino médio completo, 22,99%; superior incompleto, 4,9%; e por fim, ensino superior completo, 9,3%. A seguir estes dados são apresentados em uma tabela:

³⁷ Para aprofundamento da discussão de disseminação de desinformação em mídias sociais, particularmente em respeito ao letramento dos usuários, conferir Zollo, Quattrociochi (2017).

³⁸ Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>>. Acesso em 01 de maio de 2020.

³⁹ Cabe ressaltar que após pesquisa no sítio eletrônico do TSE, não foi encontrada metodologia que descreve as categorias apontadas sobre o grau de escolaridade dos eleitores. Em relação à educação, destaca-se a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua pesquisa PNAD 2018. É especificada a condição de alfabetização, em que o indivíduo alfabetizado era aquele “capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse”. Em rubrica diferente está pormenorizado o nível de instrução, que se segue “A classificação da pessoa segundo o nível de instrução foi obtida em função da série ou ano, nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o atualmente em vigor”. Os níveis são 7 (sete): i) Sem instrução, ii) Ensino fundamental incompleto; iii) Ensino fundamental completo; iv) Ensino médio incompleto; v) Ensino médio completo; vi) Ensino superior incompleto; e vi) Ensino superior completo. Destaca-se que não há o nível “Lê e escreve” presente nas categorias de Grau de Instrução elencadas no sítio eletrônico do TSE. A descrição de cada um dos sete níveis de escolaridade adotada pelo IBGE está disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101656_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em 07 de junho de 2020.

⁴⁰ O alfabetismo está intrinsecamente ligado aos direitos políticos no país, uma vez que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe em seu art. 14, inciso II, alínea *a*, o voto facultativo para os analfabetos; e ainda, no mesmo artigo 14, § 4º, a inelegibilidade dos mesmos. O tema é controverso, e frequentemente o TSE é chamado a julgar casos, principalmente, sobre o analfabetismo de determinado candidato. Tendo em consideração este desafio, o autor Gomes (2020, p. 257) reuniu jurisprudência sobre o possível conceito de analfabeto para aquela Tribunal Eleitoral: “A Corte Superior Eleitoral considerou analfabeto, e, pois, inelegível: (a) candidato que, submetido a teste de alfabetização, não demonstrou possuir habilidades mínimas para ser considerado alfabetizado (REspe no 13.180, de 23-9-1996); (b) candidato que se mostra incapaz de esboçar um mínimo de sinais gráficos compreensíveis (REspe no 12.804, de 25-9-1992); (c) candidato que não mostre aptidão para leitura (REspe no 12.952, de 10-10-1992); (d) candidato que não logre sucesso na prova a que se submeteu, mesmo que já tenha ocupado a vereança (REspe no 13.069, de 16-9-1996)”.

Tabela 2 - Grau de instrução do eleitorado brasileiro (dezembro de 2018)

GRAU DE INSTRUÇÃO	TOTAL(T)	%T/TT
Analfabeto	6.521.260	4,431
Lê e Escreve	13.021.324	8,848
Ensino Fundamental Incompleto	37.903.095	25,756
Ensino Fundamental Completo	10.004.099	6,798
Ensino Médio Incompleto	24.843.923	16,882
Ensino Médio Completo	33.830.124	22,989
Superior Incompleto	7.333.046	4,983
Superior Completo	13.648.785	9,275
Não Informado	55.309	0,038
Total (TT)	147.160.965	100

Fonte: adaptado do sítio eletrônico do TSE.

De fato, cabe considerar que grau de instrução e alfabetismo são conceitos distintos, enquanto o primeiro remete ao nível de escolaridade dos eleitores – ou seja, o tempo frequentando as salas de aula; o segundo, de acordo com Soares (2006), se refere ao processo de desenvolvimento de habilidades do uso do sistema convencional de escrita não somente em atividades de decodificação e codificação de textos, mas também em práticas sociais que envolvem a língua escrita. A diferença ressaltada entre escolaridade e letramento é importante na medida em que se observa no país, ainda de acordo com Soares (2006 p. 9), “altos índices de precário ou nulo desempenho em provas de leitura, denunciando grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização”. Logo, a frequência escolar pode não ser a medida com maior acuidade para auferir a capacidade de interpretação pelos eleitores de textos escritos.

Entretanto, para além da diferença entre escolaridade e letramento, salta aos olhos o grande contingente de jovens e adultos que são analfabetos funcionais ou possuem pouca ou mesmo nenhuma escolaridade. De fato, é provável que este conjunto de pessoas possua dificuldades frente ao desafio de verdadeira campanha de desinformação observada atualmente, conforme apontado por Ireton & Posetti (2019). Como garantir que este grupo terá discernimento face a uma notícia falsa ou descontextualizada? E ainda, reconhecer um *meme* ou mesmo o caráter satírico de uma postagem – quando não claramente veiculada como tal?

Com efeito, o alfabetismo de parte da população adulta brasileira permanece como um desafio. Porém, o equacionamento da questão pelo TSE pode ser inferido no trecho da sentença da

Representação n 0601806-85.2018.6.00.0000, em que se lê: "[a] crítica que infirma as informações falsas pressupõe a livre circulação de ideias e a sua confrontação pública". Afinal, democracia é um processo (REIS, 2013). Ou seja, o engajamento de todos e o aprofundamento do debate político é capaz de revelar as *fake news*. Cabe ressaltar que a participação política pela população é vista como solução contra a disseminação das notícias falsas, bem como, resposta a eventual pouca instrução de parte do eleitorado. Essa perspectiva é aderente aos ensinamentos de Paulo Freire (1989, p. 9), quem escreveu

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre texto e contexto”.

De fato, excluir os analfabetos do debate político não é a solução⁴¹.

Certamente, o diálogo democrático conjugado com a promoção de maior letramento da população brasileira, inclusive com preocupação com a melhor qualidade de educação pública oferecida, é apontado por especialistas - a exemplo Ireton e Posetti, (2019) - de como parte da solução para que o eleitorado tenha maior discernimento frente ao desafio das *fake news*. Projetos como o letramento especificamente em mídias digitais oferecido a toda a população também figura como ação desejável para se lidar com as notícias falsas e a desinformação⁴². Inclusive, o TSE desenvolveu diversas atividades com esse fim a partir das eleições gerais de 2018⁴³. E ainda, medidas como a valorização do jornalismo profissional e independente, além da discussão do papel das novas mídias, também são apontadas como importantes medidas para que a democracia se fortaleça nos tempos atuais (Ireton e Posetti, 2019).

Por fim, é necessário destacar a compreensão que a Corte possui sobre o seu próprio papel no jogo democrático das eleições brasileiras. Em decisões, como aquela da Representação n 0601775-65.2018.6.00.0000, é indicado que

a obrigação da Corte Eleitoral não deve ser a de indicar qual é o conteúdo verdadeiro, nem tutelar, de forma paternalista, a livre escolha do cidadão. [...] A Justiça Eleitoral não deve, portanto, [...] realizar um controle excessivo.

⁴¹ Mesmo entendimento de que é necessário abarcar todos no debate político é demonstrado por Canotilho (1998, p. 301), quem afirma que a “democratização da sociedade: [é] democratizar a democracia através da participação directa e activa de homens e mulheres no processo de decisão”.

⁴² Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957>>. Acesso em 09 de maio de 2020.

⁴³ Conferir < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Janeiro/tse-realizou-diversas-aco-es-em-2019-para-enfrentar-o-fenomeno-da-desinformacao>>. Acesso em 09 de maio de 2020.

Deste modo, apesar da Corte em discutir e endereçar o assunto de divulgação de notícias falsas nas eleições brasileiras - fato que poderia ensejar o entendimento de algum tipo de direcionamento efetuado pelo Tribunal - é patente a posição do TSE de afirmar o profundo respeito democrático pelo debate político engendrado pela sociedade brasileira. Por isso, a noção de isenção da Corte na possível orientação da discussão política realizada pelo eleitorado. Tal concepção é comprovada pelo trecho da mesma Representação n 0601775-65.2018.6.00.0000, em que se lê, *in verbis*

[a] Justiça Eleitoral, em particular, quando do exame das representações eleitorais, está adstrita ao binômio legalidade-ilegalidade, não podendo, sob pena de interferir na estabilidade do processo eleitoral (art. 16 da CRFB), dispor sobre o que entende ser o mais conveniente para o pleito eleitoral.

Considerações finais

Na busca pela compreensão do fenômeno das *fake news* nas eleições brasileiras de 2018, o termo, tão em voga atualmente, foi definido como aqueles enunciados efetivamente falsos, e ainda, com a intenção e forma deliberada de enganar seus leitores, conforme tipologia do centro americano *Media Matters*. Foi ponderado a ameaça que representa não só a autonomia e privacidade de decisão dos indivíduos, como também à lisura das eleições, e deste modo, ao próprio regime democrático. De fato, sua ocorrência é parte de campanhas de desinformação potencializada nas novas mídias sociais.

O Tribunal Superior Eleitoral, com fundamento no ordenamento pátrio - o qual define os limites da competência daquela Corte, bem como, estabelece o ilícito eleitoral de se disseminar “afirmações sabidamente inverídicas”, atuou nas referidas eleições no sentido de combatê-las. Apesar de que sua atuação tenha sido considerada pontual pelo presente estudo – principalmente tendo em consideração das referidas campanhas de desinformação atuais. Ressalta-se que o TSE possui funções além da típica jurisdicional dos tribunais, muito embora seus normativos não sejam propriamente leis. Deste modo, além de emitir previamente resoluções a respeito da propaganda na internet, também julgou os casos que lhe foram apresentados acerca de notícias falsas nas eleições de 2018. E sua operação, materializada nas 44 decisões selecionadas, enseja a análise de seu conteúdo. Utilizando metodologia proposta por Bardin (1977), além de moderno *software* de análise qualitativa, foi revelado concepções do Tribunal acerca das *fake news*, e demais temas correlatos.

Primeiramente, destaca-se a característica de justiça especializada que o TSE possui. Igualmente, foi verificado o conceito de *fake news* para o Tribunal, o qual possui caráter amplo; bem como os parâmetros adotados para sua aferição, os quais por sua vez também são genéricos – apesar das balizas para a classificação das notícias falsas: o contraditório típico da rede de computadores e o potencial de dano das notícias. Foi pontuado, na permanente tensão entre o direito a livre expressão e outras garantias, a opção *default* daquele – muito embora seja pontuado os limites impostos pelo direito de honra de terceiros, e pela própria veiculação de notícias falsas. Portanto, o Tribunal é veemente contrário à censura. A Corte, do mesmo modo, demonstrou um dos seus princípios de atuação: a isenção em relação ao conteúdo veiculado na internet.

E ainda, foi constatado que os *memes* são considerados *charges* para o Tribunal, ou seja, possuem intrínseco caráter satírico, e, portanto, alheios ao padrão das *fake news* – muito embora,

tal concepção seja ressalvada por estudos acerca da desinformação. Outra convicção da Corte é a de que a internet seja um ambiente livre e neutro. Porém tal concepção não é aderente aos recentes estudos críticos do tema. E ainda, há a visão do Tribunal acerca dos eleitores como o tipo ideal do homem-médio, racional e capaz de debater e formar livre convicção. Porém, foi demonstrado as limitações dessa perspectiva generalizante do eleitorado brasileiro, principalmente considerando o grande contingente de eleitores com baixo letramento, e de ainda, de maneira geral, a novidade da interação dos eleitores no contexto das contemporâneas mídias sociais. De modo similar, foi observado que o debate político realizado pelo eleitorado é considerado pela Corte como capaz de superar os efeitos deletérios provocados pelas notícias falsas, bem como, apta a promover, conjuntamente com outras medidas de educação, a emancipação política dos eleitores. Com efeito, tal postura de inserção de todos é considerada igualitária. Por fim, também foi aventado o propósito de profundo respeito da Corte pelo processo democrático brasileiro.

Portanto, a fim de responder a questão de efetividade da atuação do TSE em relação ao enfrentamento das *fake news* durante as eleições brasileiras de 2018, em que pese a consideração ser pontual, ou mesmo superficial, constata-se que a referida Corte agiu consoante suas competências e limites legais. De fato, a resposta ao desafio da desinformação no país não será dado somente pela atuação do Tribunal, mas envolve a participação de outras medidas de responsabilidade de outros atores, a exemplo da promoção de melhor educação no país, valorização de ética e transparência em todos os veículos de comunicação.

REFERÊNCIAS

ALEN-SAVIKKO, A. Network Neutrality in the Era of 5G - A Matter of Faith, Hope, and Design. *Information & Communications Technology Law*, [s. l.], n. Issue 2, p. 115, 2019. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edshol&AN=edshol.hein.journals.infctel28.11&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 26 set. 2019.

ALLCOTT & M. GENTZKOW, “Social Media and Fake News in the 2016 Election” New York University and Stanford University, 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHEL, M.; MITCHELL, A.; & HOLCOMB, J., “Many Americans Believe Fake News Is Sowing Confusion”, Pew Research Center, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 08 de junho de 2020.

_____. Lei n. 4.737 de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4737.htm>. Acesso em 08 de junho de 2020.

_____. Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997. Lei das Eleições. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em 08 de junho de 2020.

_____. Lei n. 12.965 de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em 08 de junho de 2020.

_____. Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13105-16-marco-2015-780273-norma-pl.html>>. Acesso em 08 de junho de 2020.

_____. Lei Complementar n. 64 de 18 de maio de 1990. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm>. Acesso em 08 de junho de 2020.

BURSHTEIN, S. The True Story on Fake News. *Intellectual Property Journal*, 29(3), 397-446, 2017.

CANOTILHO, J. J. G. Direito constitucional e teoria da constituição. [s. l.]: Almedina, 1998. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07149a&AN=buin.265299&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em de 8 de junho de 2020.

CASTRO, Rodrigo. Eficácia, eficiência e efetividade na Administração Pública. EnANPAD. Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2019

CHOMSKY, Noam. Global Discontents: Conversations on the Rising Threats to Democracy (American Empire Project) (with David Barsamian). New York: Penguin Press, 2107.

CHOMSKY, Noam. Mídia, Propaganda Política e Manipulação. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2014.

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CINTRA, A. C. de A.; DINAMARCO, C. R.; GRINOVER, A. P. Teoria geral do processo. [s.l.]: Malheiros, 2011. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07149a&AN=buin.997117&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 30 set. 2019.

DWORKIN, Ronald. O império do direito. 2. ed. 2. tir. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EXPLAINED, CRYPTOCURRENCY. Produção de Frank Matt. Entrevistados: Christian Slater, Jackson Palmer, Lana Swartz, Andy Bromberg, Hunter Prendergast, Michael Casey. Roteiro de

Joe Posner. Los Gatos, Califórnia: Netflix. 2018. 1 vídeo (14 min.). Disponível em <<https://www.netflix.com/watch/80243756?trackId=200257859>>. Acesso em 08 de junho de 2020.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez; 1989.

GERMANO, Luiz Paulo Rosek. Direito de Resposta. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

GOLBECK, Jennifer et al. Fake news vs satire: A dataset and analysis. In: Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science. 2018. p. 17-21.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024630/>>. Acesso em 07 de junho de 2020.

GONÇALVES, L. C. dos S. Direito eleitoral. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000012082&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em 23 de maio de 2020.

IRETON, C. e POSETTI, J. Journalism, 'Fake News' & Disinformation. Paris: UNESCO. 2019.

LEVI, O. et al. Identifying Nuances in Fake News vs. Satire: Using Semantic and Linguistic Cues. [s. l.], 2019. DOI 10.18653/v1/D19-5004. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsarx&AN=edsarx.1910.01160&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em 4 de maio de 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUHMANN, Niklas. Introdução à Teoria dos Sistemas. Petrópolis: Vozes, 2010.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. Freedom of Expression: what lessons should we learn from US experience?. Rev. direito GV, São Paulo , v. 13, n. 1, p. 274-302, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322017000100274&lng=en&nrm=iso>. access on 05 May 2020.

MANHEIM, K.; KAPLAN, L. Artificial Intelligence: Risks to Privacy and Democracy. Yale Journal of Law & Technology, [s. l.], n. 1, p. 106, 2019. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsgao&AN=edsgcl.587366495&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

MAPELLI, Aline. Os impactos das novas tecnologias no Direito e na Sociedade / Aline Mapelli, Marina Giongo, Rita Carnevale, Erechim: Deviant, 2018.

MCINTYRE, Lee. Post-truth. Cambridge: MIT Press, 2018.

MUKHERJEE, Prithwiraj and DUTTA, Souvik and MANI, Dalhia, The Antecedents and Rebroadcast Consequences of Clickbait (July 17, 2019). IIM Bangalore Research Paper No. 592, 2019. Disponível <<https://ssrn.com/abstract=3421874>>.

NELSON, Richard Alan. A Chronology and Glossary of Propaganda in the United States. Westport: Greenwood, 1996.

NIGHTINGALE, S.J., Wade, K.A. & Watson, D.G. Can people identify original and manipulated photos of real-world scenes? Cogn. Research 2, 30 (2017).

REIS, H. E. dos. A Democracia Como Processo: política e educação no pensamento de Tocqueville. [s. l.], 2013. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.7FDBC352&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em 29 de setembro de 2019.

RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Niklas Luhmann: a sociedade como sistema. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

RUEDIGER, M.A. et al. Bots e o Direito eleitoral brasileiro: eleições 2018. Policy paper 3. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2019.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

SNYDER, Timothy. On Tyranny: Twenty Lessons from the Twentieth Century. New York: Tim Duggan Books, 2017.

SOARES, M. Letramento e alfabetização. [electronic resource]: as muitas facetas. [s. l.]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006. ISBN 1413-2478. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07259a&AN=unb.EBC3233168&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em 24 de maio de 2020.

SUNSTEIN, Cass. #Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media. New Jersey: Princeton University Press, 2017.

SNYDER, Timothy. On Tyranny, New York: Tim Duggan Books; 1st edition, 2017.

WARDLE, C et al. Information Disorder: the essential glossary. Shorenstein Center, Harvard University, 2018. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2018/07/infoDisorder_glossary.pdf?x25702>. Acesso em 21 de julho de 2018.

WARDLE, C. & H. DERAESHAN. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making, Council of Europe, <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>>. 2017.

ZOLLO, F.; QUATTROCIOCCHI, W. Misinformation spreading on Facebook. [s. l.], 2017. Disponível em:
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsarx&AN=edsarx.1706.09494&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em 1 de maio de 2020.